



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ
Área de Contabilidade
Secretaria de Finanças

NOTAS EXPLICATIVAS
BALANÇO ISOLADO

PREFEITURA DE TAUBATÉ
2023



NOTAS EXPLICATIVAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Prefeitura Municipal de Taubaté é um órgão com personalidade jurídica de direito público, do Estado de São Paulo, que consolidou sua Lei Orgânica Municipal na data de 3 de abril de 1990. Com sede na Av. Tiradentes, Jd. Nações, 520, Taubaté/SP.

As Demonstrações Contábeis deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Informatizado de Orçamento Público (SIOP), fornecido pela empresa Ethereum Technology Eireli e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todas as secretarias e fundos constantes nestas notas explicativas.

As Demonstrações Contábeis têm por objetivo principal fornecer, aos diversos usuários, informações que subsidiem os processos decisórios, a prestação de contas e a responsabilização (accountability) realizada durante o exercício de 2023. Nas Demonstrações Contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e mutação do patrimônio público, desempenho econômico-financeiro, execução orçamentária, fluxos de caixa, fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico financeira da Prefeitura Municipal de Taubaté.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e Notas Explicativas (NE). Essas demonstrações e notas explicativas se referem ao exercício financeiro de 2023, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrange, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCTSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP- 9ª edição).

2 – RELAÇÃO NOMINAL DOS ÓRGÃOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE ACORDO COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2023.



Secretaria De Gabinete
Sec. De Governo E Relações Institucionais
Secretaria De Esportes, Lazer E Qualidade De Vida
Secretaria De Planejamento
Sec. De Desenvolvimento, Inovação E Turismo
Secretaria De Finanças
Secretaria De Saúde
Sec. De Desenvolvimento E Inclusão Social
Secretaria De Obras
Secretaria De Serviços Públicos
Sec. Segurança Publica Municipal
Secretaria De Educação
Secretaria De Cultura E Economia Criativa
Secretaria De Meio Ambiente E Bem Estar Animal
Procuradoria Geral Do Município
Secretaria De Mobilidade Urbana
Secretaria Municipal De Justiça E Cidadania
Secretaria De Habitação
Secretaria De Administração

3 – BASE DE INFORMAÇÕES

As Demonstrações Contábeis constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000, e também as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas a elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público (NBC TSP Estrutura Conceitual).

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas Demonstrações Contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

4 – PROCESSO DE CONVERGÊNCIA E IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS



O Brasil iniciou o processo de convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards - IPSAS) devido às diversas transformações no cenário mundial. Este processo visa a adoção de regras e procedimentos contábeis sob uma mesma base conceitual visando a comparabilidade da situação econômico-financeira de vários países ou de entidades do setor público nacionais e/ou internacionais.

Para iniciar a convergência no âmbito do setor público, o Ministério da Fazenda publicou a Portaria nº 184/08, que dispõe sobre os procedimentos, práticas e divulgação das demonstrações contábeis convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A mesma portaria determinou à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a responsabilidade do desenvolvimento de ações para tais mudanças, sendo publicado desde então o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), que em sua 9ª edição, aborda os aspectos orçamentários, patrimoniais e fiscais de Contabilidade Pública através dos Procedimentos Contábeis Orçamentários (PCO), Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP), Procedimentos Contábeis Específicos (PCE), Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

Com base no que dispõe a mencionada portaria, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou em 2008 as dez primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Dando continuidade à convergência as IPSAS, o CFC, optou por convergir as normas brasileiras de maneira escalonada: publicou em 2016 a NBC TSP - Estrutura Conceitual, bem como a primeiras cinco normas convertidas; em 2017 publicou cinco normas convergidas; em 2018 publicou mais onze normas convergidas; em 2019 publicou mais cinco normas; e em 2020 publicou mais 3 normas. Consolidando o processo das informações contábeis das entidades do setor público.

5 – MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), sendo demonstrado pelo valor nominal de cada conta.

6 – AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão e divulgação.



7 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalente de Caixa

As disponibilidades estão mensuradas ou avaliadas pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do Balanço Patrimonial. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e contabilizadas em contas de resultado.

"Caixa e equivalentes de caixa" é um termo usado em contabilidade e finanças para se referir aos ativos líquidos de uma empresa, que são facilmente convertidos em dinheiro em um curto prazo, geralmente em até três meses. Esses ativos são cruciais para a saúde financeira de uma empresa, pois fornecem a liquidez necessária para atender às obrigações imediatas, como pagar contas e cumprir obrigações contratuais.

A categoria de "caixa" inclui o dinheiro em espécie mantido pela empresa, bem como os saldos em contas bancárias correntes. Já os "equivalentes de caixa" englobam investimentos de curto prazo que são altamente líquidos e facilmente conversíveis em quantias conhecidas de dinheiro, com risco insignificante de mudança no valor de mercado devido a flutuações nas taxas de juros. Exemplos comuns de equivalentes de caixa incluem certificados de depósito (CDs), títulos do governo de curto prazo e fundos do mercado monetário.

A importância de manter uma quantidade adequada de caixa e equivalentes de caixa reside na capacidade do órgão público de responder a despesas imprevistas, aproveitar oportunidades de investimento vantajosas e manter a estabilidade financeira em períodos de incerteza econômica. Uma gestão eficaz desses recursos envolve equilibrar a necessidade de liquidez com a busca por retornos adequados sobre o capital investido.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original, uma vez feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial. Os riscos de



recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste. Ao final de cada exercício, é feita a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis, sendo que as atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

“Créditos e dívidas” são conceitos fundamentais em contabilidade e finanças que se referem às obrigações financeiras de uma empresa. Aqui está uma explicação sobre cada um:

1. **Créditos:** Os créditos representam o dinheiro que é devido à empresa. Isso pode incluir contas a receber de clientes, juros a receber de investimentos, empréstimos concedidos a outras empresas ou indivíduos, entre outros. Em essência, são os ativos que a empresa espera receber no futuro.
2. **Dívidas:** As dívidas são os valores que uma empresa deve a outras entidades. Isso pode incluir empréstimos bancários, títulos emitidos, valores devidos a fornecedores, impostos a pagar, salários e benefícios a serem pagos aos funcionários, entre outros. Em termos simples, são as obrigações financeiras que a empresa precisa cumprir.

É importante para um órgão gerenciar adequadamente seus créditos e dívidas. Os créditos devem ser gerenciados para garantir que os clientes paguem dentro dos prazos estabelecidos, minimizando assim o risco de inadimplência e otimizando o fluxo de caixa. Por outro lado, as dívidas devem ser gerenciadas de forma responsável, garantindo que a empresa tenha capacidade financeira para cumprir com suas obrigações e evitar problemas de solvência.

No balanço patrimonial é detalhado tanto os créditos quanto as dívidas da Prefeitura, proporcionando uma visão clara de sua posição financeira e de sua capacidade de cumprir suas obrigações no curto e no longo prazo.

c) Investimentos e Aplicações Temporárias

Referem-se às aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade e estão registradas pelos valores de custo, acrescidas das atualizações até a data das demonstrações financeiras. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

Investimentos e aplicações temporárias são termos comumente usados no contexto financeiro para descrever a alocação de recursos financeiros em ativos que são adquiridos



com o objetivo de gerar retornos financeiros em um período relativamente curto de tempo. Aqui está uma explicação sobre cada um:

1. **Investimentos:** Os investimentos referem-se à aquisição de ativos com a expectativa de que eles gerem retornos positivos ao longo do tempo. Esses ativos podem incluir ações, títulos, imóveis, fundos mútuos, entre outros. Os investimentos são tipicamente destinados a serem mantidos por um período mais longo, com a intenção de aumentar seu valor ao longo do tempo ou gerar renda periódica, como dividendos ou juros.
2. **Aplicações Temporárias:** As aplicações temporárias são investimentos de curto prazo realizados por empresas com o objetivo de preservar o capital ou gerar retornos modestos em um período de tempo relativamente curto. Esses investimentos são altamente líquidos e geralmente têm vencimento em até um ano. Exemplos comuns de aplicações temporárias incluem certificados de depósito (CDs), títulos do governo de curto prazo, fundos do mercado monetário e letras de câmbio.

As empresas geralmente utilizam aplicações temporárias para estacionar temporariamente seus fundos excedentes de caixa enquanto aguardam oportunidades de investimento mais vantajosas ou para atender a necessidades de curto prazo, como pagar contas ou cumprir obrigações contratuais. Esses investimentos oferecem uma combinação de liquidez e segurança, embora os retornos possam ser relativamente baixos em comparação com investimentos de longo prazo mais arriscados.

A escolha entre investimentos de longo prazo e aplicações temporárias depende dos objetivos financeiros da empresa, sua tolerância ao risco e seu horizonte de investimento. É importante que as empresas avaliem cuidadosamente suas opções de investimento e considerem fatores como liquidez, segurança e potencial de retorno ao decidir onde alocar seus recursos financeiros.

d) Estoques

Referem-se aos valores dos bens adquiridos pela entidade, com o objetivo de utilização própria no curso normal das atividades e para distribuição pelo Município em atendimento da sociedade e estão avaliados pelo preço médio ponderados das compras, conforme Inciso III do art. 106 da Lei nº 4.320/64.

e) Imobilizado



O ativo imobilizado, incluindo os valores nominais atribuídos por ocasião de suas respectivas aquisições ou construção, conforme preceitua o artigo 106, II, da Lei nº 4320/64. Os ganhos e perdas em alienações foram determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado do exercício.

f) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

O Município de Taubaté está aprimorando os controles patrimoniais a fim de definir procedimentos para possibilitar a reavaliação e redução ao valor recuperável dos bens patrimoniais, de forma a atender o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), nos prazos determinados pela Portaria STN nº 548/2015. O processo se encontra em fase de aprimoramento do sistema informatizado e integração com outros sistemas.

g) Depreciação, amortização e exaustão

Com a contratação da empresa de Sistema Informatizado, o processo de Depreciação, amortização e exaustão se encontram em fase de aprimoramento do sistema informatizado e integração com outros sistemas de forma a atender as exigências estabelecidas pelo STN através do MCASP.

"Depreciação, amortização e exaustão" são conceitos contábeis relacionados ao processo de alocação do custo de ativos de longo prazo ao longo de sua vida útil. Cada um desses termos se aplica a diferentes tipos de ativos e é utilizado para refletir a redução do valor dos ativos ao longo do tempo devido ao desgaste, uso ou obsolescência. Aqui está uma explicação sobre cada um:

1. **Depreciação:** A depreciação é o processo contábil de distribuir o custo de ativos tangíveis ao longo de sua vida útil estimada. Isso inclui ativos físicos, como prédios, máquinas, veículos e equipamentos. A depreciação é uma forma de reconhecer a perda de valor desses ativos à medida que são usados na operação do negócio. Existem diferentes métodos de depreciação, como o método linear, o método de saldo decrescente e o método de unidades produzidas, que determinam como o custo do ativo será distribuído ao longo do tempo.
2. **Amortização:** A amortização é semelhante à depreciação, mas é aplicada a ativos intangíveis ao invés de ativos tangíveis. Ativos intangíveis incluem patentes, direitos autorais, marcas registradas, licenças e softwares. Assim como os ativos tangíveis, os ativos intangíveis têm uma vida útil limitada, e a amortização é usada para distribuir



o custo desses ativos ao longo desse período. O método de amortização geralmente é determinado com base na vida útil econômica do ativo.

3. **Exaustão:** A exaustão é o processo contábil semelhante à depreciação e amortização, mas é aplicado a recursos naturais, como reservas de petróleo, minerais, florestas e depósitos de carvão. À medida que esses recursos naturais são extraídos e utilizados, seu valor diminui. A exaustão é usada para alocar o custo desses recursos ao longo do tempo, refletindo assim a redução em sua quantidade ou qualidade.

Em resumo, a depreciação, amortização e exaustão são mecanismos contábeis essenciais para refletir a redução do valor de ativos tangíveis, intangíveis e recursos naturais ao longo do tempo devido ao uso, desgaste ou esgotamento. Esses processos ajudam as empresas a calcular de forma precisa seus lucros, valor contábil dos ativos e impostos sobre o rendimento.

h) Valores Restituíveis

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros com vencimento até o fechamento do exercício. O registro contábil das retenções ocorre na conta valores restituíveis no momento do pagamento do fornecedor.

i) Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas observando ao regime de competência e às NBCs TSP.

j) Apuração do Resultado

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

8 – BALANÇO PATRIMONIAL



O Balanço Patrimonial (BP) está apresentado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição, sendo composto pelo Quadro Principal, Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/64), Quadro das Contas de Compensação e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro segregado por Fonte/Destinação de Recurso.

a) Ativo

O Ativo da Prefeitura em 31/12/2023 totalizou um montante de R\$ 1.933.113.124,78.

O Ativo Circulante, de curto prazo, que engloba os elementos patrimoniais disponíveis para realização imediata ou com expectativa de realização até o término do exercício seguinte, alcançou a soma de R\$ 26.623.510,32, correspondente a 1,37% do total do Ativo.

Destaca-se nesse grupo Caixa e Equivalentes de Caixa que totalizou R\$ 41.154.277,04, correspondente a 2,12%

O Ativo Não Circulante, de longo prazo, que contém os elementos cuja expectativa de realização extrapola o término do exercício seguinte, totalizou R\$ 1.808.820.721,97, equivalente a 93,57% do Ativo Total. Destacam-se nesse grupo Realizável a Longo Prazo, que somou R\$ 892.828.503,99, representando 46,18% do Ativo Total; e o Imobilizado, cuja soma foi de R\$ 915.764.367,78, correspondente a 47,37%.

O Ativo em 2023 ficou assim distribuído:

Contas	2023	AV
Ativo Circulante	124.292.402,81	6,43
Caixa e Equivalentes de Caixa	41.154.277,04	2,13
Créditos a Curto Prazo	26.623.510,32	1,38
Estoques	56.514.615,45	2,92
Ativo Não Circulante	1.808.820.721,97	93,57
Realizável a Longo Prazo	892.828.503,99	46,19
Imobilizado	915.764.367,78	47,37
Intangível	227.850,20	0,01
Total do Ativo	1.933.113.124,78	100%

Nota: AV= Análise Vertical: Representa o percentual de cada componente em relação ao total geral.



O Estoque de Dívida Ativa em 31/12/2023 totalizou um montante bruto de R\$ 726.982.763,54.

Passivo e Patrimônio Líquido:

O Passivo e o Patrimônio Líquido em 31/12/2023 totalizaram R\$ 1.933.113.124,78.

O Passivo Circulante, que corresponde a valores exigíveis até o final do exercício seguinte; ou valores de terceiros ou retenção em nome deles, independentes do prazo de exigibilidade, somou R\$ 256.461.530,10, representando 13,27% do total do passivo e patrimônio líquido. Nesse grupo destacam-se Obrigações Tributárias, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo que totalizou R\$ 122.789.011,54, correspondente a 6,35%, e Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo que somou R\$ 61.996.568,34 equivalendo a 3,21%.

O Patrimônio Líquido totalizou R\$ 1.184.640.580,62, equivalente a 61,28%.

Contas	2023	AV
Passivo Circulante	256.461.530,10	13,27
Obrigações Trabalhistas, Previd., Assist. à Pagar a Curto Prazo	122.789.011,54	6,35
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	1.282.411,77	0,07
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	61.996.568,34	3,21
Demais Obrigações a Curto Prazo	70.393.538,45	3,64
Passivo Não Circulante	492.011.014,06	25,45
Obrigações Trabalhistas, Previd., Assist. a Pagar a LP	110.560.331,40	5,72
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	290.147.353,95	15,01
Fornecedores a Longo Prazo	2.910.616,33	0,15
Demais Obrigações a Longo Prazo	88.392.712,38	4,57
Total do Passivo	748.472.544,16	38,72
Patrimônio Líquido	1.184.640.580,62	61,28
Resultado do Exercício	188.501.013,52	9,75
Resultado de Exercícios Anteriores	996.139.567,10	51,53
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	1.933.113.124,78	100%

Nota: AV= Análise Vertical: Representa o percentual de cada componente em relação ao total geral.

b) Resultado Patrimonial – Lei 4.320/64

O quadro a seguir evidencia o resultado patrimonial de 2023, considerando as classificações dos grupos em Financeiro e Permanente, nos termos da Lei 4.320/64, a saber:



Grupos	2023	2022	Diferença	AH %
Financeiro				
Ativo Financeiro	63.603.559,66	71.308.725,91	-7.705.166,25	- 12,11
Passivo Financeiro	321.197.220,78	262.310.264,38	58.886.956,40	18,33
Resultado	- 257.593.661,12	- 191.001.538,47	-66.592.122,65	25,85
Permanente				
Ativo Permanente	1.869.509.565,12	1.514.206.136,16	355.303.428,96	19,01
Passivo Permanente	493.003.506,22	454.914.237,01	38.089.269,21	7,73
Resultado	1.376.506.058,90	1.059.291.899,15	317.214.159,75	23,04

Nota: AH = Análise Horizontal: Representa a diferença percentual do exercício atual em relação ao exercício anterior.

9 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário (BO), de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação.

Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias está apresentado em notas explicativas integrante da própria demonstração.

A apropriação da Receita Orçamentária está apresentada pela arrecadação e da Despesa Orçamentária pela emissão do empenho, respeitando-se o Regime Orçamentário preconizado no art. 35 da lei 4.320/64.

No Balanço Orçamentário, na coluna “Previsão Atualizada”, os valores em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA) foram atualizados em função dos reflexos da reestimativa de receita utilizada para abertura de Créditos Adicionais e novas naturezas de receitas. No caso das Despesas, na coluna “Dotação Atualizada”, os valores, em relação à LOA, representam às dotações iniciais e os



Créditos Adicionais abertos ou reabertos no exercício, deduzidas as anulações, cancelamentos ou remanejamentos correspondentes.

a) Alterações Orçamentárias

Durante a execução do orçamento houve necessidade de ajuste na programação orçamentária originalmente aprovada pelo Poder Legislativo, através da Lei Orçamentária Anual. As alterações na programação original do orçamento foram realizadas utilizando-se da abertura de créditos adicionais, devidamente autorizados pelo Poder Legislativo, nos termos exigidos no art. 43 da Lei nº 4.320/64 e art. 167 da Constituição Federal.

Foram abertos créditos adicionais com base no superávit financeiro por fontes de recursos, apurados no balanço do exercício anterior, bem como abertura de créditos adicionais com base em excesso de arrecadação e operações de crédito.

Esclarece-se que nos créditos abertos com base no superávit financeiro não se efetua novo registro de Receitas, tendo em vista que estas tiveram sua escrituração no exercício em que foram arrecadadas, conforme dispõe o art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Destaca-se que na utilização dos recursos decorrentes das citadas origens observaram-se o disposto no art. 8º da Lei Complementar nº 101/00, sendo suplementadas as fontes de recursos de acordo com as respectivas vinculações constitucionais, legais e contratuais.

b) Inscrições de Restos a Pagar

Os Restos a Pagar correspondem às despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício financeiro, sendo classificados como Restos a Pagar Processados e Não Processados.

Os Restos a Pagar Processados são aqueles em que a despesa orçamentária percorreu os estágios de empenho e liquidação, restando pendente apenas o estágio do pagamento. Por sua vez os Restos a Pagar Não Processados correspondem às despesas empenhadas e que não foram liquidadas até 31 de dezembro.



c) Execução de Restos a Pagar Inscrições em Exercício Anteriores

O saldo dos Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores, apresentou um saldo no valor de R\$ 293.890.613,02, restando para 2023 um total a pagar de R\$ 25.437.720,09.

Saldo Restos à pagar	Cancelado no Exercício	Liquidado no	% no Exercício	Total à Liquidar em 2023
Em 2022		Exercício de 2022		
293.890.613,02	-91.183.298,83	186.816.778,13	92,16%	15.890.536,06
Saldo Restos à pagar	Cancelado no Exercício	Pago no Exercício	% no Exercício	Total à Pagar em 2023
Em 2022		de 2022		
293.890.613,02	-91.183.298,83	177.269.594,10	87,45%	25.437.720,09

10 - BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, e foi elaborado conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição. Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios.

a) Ingressos Orçamentários

Os ingressos orçamentários registrados no Balanço Financeiro igualam-se ao montante da receita evidenciada no Balanço Orçamentário e sua classificação por fonte de recursos possui os seguintes detalhamentos.

Ingressos

Descrição	2023		2022	
		AV		AV
Receita Orçamentária	1.526.506.859,92	65,30	1.441.398.139,07	58,59
Ordinária	615.791.118,40	26,34	572.457.643,73	23,27
Vinculada	910.715.741,52	38,96	868.940.495,34	35,32
Alienação de bens	-	-	1.266.750,00	0,05
CIDE	42.451,33	0,00	179.514,60	0,01



Educação	571.677.121,06	24,46	540.596.109,36	21,97
Saúde	253.868.776,50	10,86	245.928.192,79	10,00
Transito	22.676.705,63	0,97	18.673.203,58	0,76
Assistência Social	4.214.766,51	0,18	6.445.523,22	0,26
Convenio com Recursos Ordinários	44.290.466,91	1,89	49.073.681,86	1,99
Transferências Especiais da União	13.945.453,58	0,60	6.777.519,93	0,28
Deduções	- 99.949.124,69	- 4,28	- 103.580.510,72	-4,21
Transferências Financeiras Recebidas	4.293.103,32	0,18	2.305.577,98	0,09
Recebimentos Extraorçamentários	857.842.508,85	36,70	903.984.911,10	36,75
Saldo do Exercício Anterior	48.879.873,87	2,09	216.043.123,91	8,78
Total	2.337.573.221,27	100%	2.460.151.241,34	100%

Nota: AV = Análise Vertical: determina a porcentagem de cada conta, ou grupo de contas, em relação ao total.

A Receita Orçamentária totalizou R\$ 1.526.506.859,92, equivalente a 65,30% do total, sendo que a Receita Ordinária somou R\$ 615.791.118,40.

No que tange à Receita Vinculada, que totalizou R\$ 910.715.741,52 já subtraídas as respectivas deduções, os recursos mais significativos foram destinados a Educação no percentual de 24,46%; e à Saúde o equivalente 10,86%.

As Transferências Financeiras Recebidas representaram 0,18% do total, e os Recebimentos Extraorçamentários o equivalente a 36,70%. O Saldo do Exercício Anterior somou R\$ 48.879.873,87.

Dispêndios

Descrição	2023	AV	2022	AV
Despesa Orçamentária	1.512.416.973,65	64,70	1.430.775.847,03	58,16
Ordinária	354.092.803,75	15,15	412.265.719,33	16,76
Vinculada	1.158.324.169,90	49,55	1.018.510.127,70	41,40
Alienação de bens	113.161,32	0,00	1.253.935,67	0,05
CIDE	156.423,19	0,01	33.433,08	0,00
Educação	536.509.094,45	22,95	449.676.094,01	18,28
Saúde	479.390.021,62	20,51	449.488.843,01	18,27
Transito	21.548.739,99	0,92	13.588.733,71	0,55
Assistencia Social	45.498.375,45	1,95	37.081.971,56	1,51
Convenio com Recursos Ordinários	62.870.895,98	2,69	64.553.559,50	2,62
Transferencias Especiais da União	12.237.457,90	0,52	2.833.557,16	0,12
Transferencias Financeiras Concedidas	56.987.871,47	2,44	35.000.088,00	1,42
Pagamentos Extraorçamentários	727.014.099,11	31,10	945.495.432,44	38,43
Saldo do Exercício Anterior	41.154.277,04	1,76	48.879.873,87	1,99
Total	2.337.573.221,27	100%	2.460.151.241,34	100%

Nota: AV – Análise Vertical: determina a porcentagem de cada conta, ou grupo de contas, relação ao total.



A Despesa Orçamentária totalizou R\$ 1.512.416.973,65, equivalente a 64,70% do total, sendo que a Despesa Ordinária somou R\$ 354.092.803,75.

No que tange à Despesa Vinculada, que totalizou R\$ 1.158.324.169,90, os gastos mais significativos foram os destinados à Educação no percentual de 22,95%; e a Saúde o equivalente a 20,51%.

As Transferências Financeiras Concedidas representaram 2,44% do total, e os Pagamentos Extraorçamentários o equivalente a 31,10%.

O saldo da disponibilidade financeira apresentada pelo Balanço Financeiro em 31/12/2023 foi de R\$ 41.154.277,04.

11 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP – evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, através da confrontação entre as variações aumentativas e diminutivas, indicando o resultado patrimonial do exercício.

Em 2022, as variações patrimoniais aumentativas somaram R\$ 1.753.615.843,41, enquanto as variações patrimoniais diminutivas totalizaram R\$ 1.990.936.767,05.

Merecem destaque nas variações patrimoniais aumentativas as Transferências e Delegações Recebidas, que totalizaram R\$ 898.227.261,31, representando 51,22% do total; e Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria que somaram R\$ 348.000.170,05, equivalente a 19,84%.

Nas variações patrimoniais diminutivas destacamos o Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, que totalizaram R\$ 650.056.217,07, equivalente a 32,65% do total; e Pessoal e Encargos, que somaram R\$ 598.516.738,35, representando 30,06%.

O resultado patrimonial do exercício de 2022 apresentou déficit no valor de R\$ 237.320.923,64, enquanto em 2023 o resultado apresentou um superávit de R\$ 188.501.013,52.

A Demonstração das Variações Patrimoniais apresentou a seguinte composição:

Descrição	2023	AV	2022	AV
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.857.405.208,15	100%	1.753.615.843,41	100%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	435.898.149,11	23,47	348.000.170,05	19,84
Contribuições	14.123.744,16	0,76	17.029.608,94	0,97
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	28.486.899,18	1,53	10.488.814,98	0,60
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	82.414.923,42	4,44	59.213.899,73	3,38
Transferências e Delegações Recebidas	901.712.476,80	48,55	898.227.261,31	51,22
Valorização e Ganhos com Ativos	12.345.985,95	0,66	86.119.779,83	4,91
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	382.423.029,53	20,59	334.536.308,57	19,08



Variações Patrimoniais Diminutivas	1.668.904.194,63	100%	1.990.936.767,05	100%
Pessoal e Encargos	700.058.450,44	41,95	598.516.738,35	30,06
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.362.880,16	0,44	6.568.866,20	0,33
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	489.896.025,29	29,35	650.056.217,07	32,65
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	133.049.882,74	7,97	245.109.976,78	12,31
Transferências e Delegações Concedidas	305.423.698,10	18,30	247.762.211,37	12,44
Desvalorização e Perda de Ativos	-	-	17.933.580,04	0,90
Tributárias	12.480.913,41	0,75	12.286.071,07	0,62
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	20.632.344,49	1,24	212.703.106,17	10,68
Resultado Patrimonial	R\$ 188.501.013,52		-R\$ 237.320.923,64	

NOTA: AV = Análise Vertical: Representa o percentual de cada componente em relação ao total geral.

11 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC – apresenta a análise da capacidade da entidade para gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades, sendo composta pelos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apurando-se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa.

A DFC da Prefeitura de Taubaté apresentou ao final do exercício de 2023 os seguintes fluxos responsáveis pela geração líquida de caixa e equivalente de caixa:

Descrição	2023	2022
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais	45.780.008,19	-81.308.672,58
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-38.304.569,88	-58.177.657,26
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	-15.201.035,14	-27.676.920,20
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	-7.725.596,83	-167.163.250,04

Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa evidenciados pela DFC em 31/12/2023 foram:

Descrição	2023	2022
Caixa e Equivalente de caixa inicial	48.879.873,87	216.043.123,91
Caixa e Equivalente de caixa final	41.154.277,04	48.879.873,87

Os campos “Outros ingressos” e “Outros desembolsos” do fluxo operacional evidenciados pela DFC contemplam valores que não transitam pelo orçamento, mas afetam o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa. Exemplos: recebimentos e pagamentos extraorçamentários; retenções e transferências financeiras entre órgãos do mesmo ente.



A linha “Caixa e Equivalente de Caixa Final” não contempla os valores de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados representados pelos saldos das contas “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”.

12 – CONCLUSÃO

O presente relatório de Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP – foi elaborado com o objetivo de apresentar informações relevantes no contexto da gestão municipal, evidenciando de forma analítica a situação patrimonial do Município e as respectivas informações contábeis, a fim de tornar mais transparentes dados contidos nos Demonstrativos apresentados resultantes da gestão do exercício de 2023.